



CONTRATO Nº 10, DE 2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ E A EMPRESA SINSAI COMERCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E ARMARINHOS DIVERSOS (LOTE 1 – DESCARTÁVEIS / HIGIENE), CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CRONOGRAMA ESTABELECIDOS PELO LEGISLATIVO ANDREENSE

PREÂMBULO

Aos dezesseis dias do mês de abril de 2021, a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, inscrita no CNPJ sob nº 43.307.008/0001-08, situada na Praça IV Centenário, 2, Centro, Santo André – SP, CEP 09040-905, doravante denominada “CONTRATANTE”, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Pedro Luiz Mattos Canhassi Botaro, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.775.799-4 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), e do CPF/MF nº 312.568.618-04, e a empresa SINSAI COMERCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.254.286/0001-98, com sede à Estrada Particular Sadae Takagi, nº 683, bairro Cooperativa, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09852-070, doravante denominada “CONTRATADA”, representada pelo Sr. Thiago Martins da Silva, portador da Cédula de Identidade RG nº 45.290.822-X emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), e do CPF/MF nº 385.024.628-06, perante as testemunhas ao final firmadas, assinam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls. 277 do Processo Acessório PLP-1/2021 vinculado ao Processo Administrativo nº 3186/2020, que se regerá pela Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

FUNDAMENTO DO CONTRATO

Este contrato decorre da autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo André ao homologar a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, aberta sob nº 01/2021, consoante se verificam nos autos do Processo Administrativo CM nº 3186/2020.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

I – OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, DESCARTÁVEIS E ARMARINHOS DIVERSOS (LOTE 1 – DESCARTÁVEIS / HIGIENE)**, em consonância com proposta comercial, o Anexo I – Termo de Referência do



Edital de Pregão Presencial e, em especial, obedecendo ao cronograma nele contido, que antecedeu a presente contratação.

1.1 Nos termos do art. 55, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, fazem parte do presente contrato o Edital, seus anexos e a proposta vencedora.

II - FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto da licitação será executado de acordo com as normas, especificações e demais elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE e em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais ficam fazendo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrições.

III – EXIGÊNCIAS A SEREM OBSERVADAS - Na execução, a CONTRATADA deverá observar e cumprir as exigências seguintes:

a) Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto, de acordo com o estabelecido nas normas do Pregão que regeu a licitação, bem como pelos eventuais danos que possam ser provocados por seus empregados por ocasião do fornecimento;

b) Cumprir as normas de segurança do trabalho, devendo fornecer aos seus funcionários os equipamentos de proteção individual e exigir-lhes o uso;

c) Substituir, em até 10 (dez) dias corridos, a contar de notificação, formulada por escrito, todo produto que for rejeitado pela CONTRATANTE, sob pena de multa diária por dia de atraso sobre o valor da entrega, a partir da notificação.

c.1) A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os produtos que vierem a ser recusados, sendo que o ato de recebimento não importará aceitação;

d) Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes no presente Edital e seus Anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor e à legislação pertinente vigente, quanto às condições dos produtos entregues.

IV – RESPONSABILIDADES - A CONTRATADA será única responsável pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias incluindo transporte, mão-de-obra e demais despesas indiretas.

V - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ENTREGA

5.1. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no Núcleo de Almoxarifado, no endereço constante do Preâmbulo deste Edital, de 2ª a 6ª feira, das 10h às 12h e das 13h às 17h, aos cuidados do(a) Chefe do Núcleo de Almoxarifado (telefone 11 3429-5961).

5.1.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens devidamente lacradas e adequadas para empilhamento, conforme descrição contida no Termo de Referência do Edital de Pregão, os quais serão conferidos e verificados.

5.2. AVALIAÇÃO DE CADA ENTREGA – no ato da entrega dos itens, conforme cronograma estabelecido no Edital do Pregão, para verificação da conformidade com as especificações, o que ocorrerá de imediato ou, conforme caso, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas úteis, contados da entrega.

5.2.1 Sendo constatada qualquer irregularidade, não se dará o recebimento, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às determinações do Chefe de Núcleo Almoxarifado e/ou Chefe do Núcleo de Serviços Operacionais, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após a qual será efetuado novo exame dos produtos;

5.2.2 Na segunda oportunidade, os materiais deverão apresentar perfeitas condições de serem recebidos definitivamente, sendo que, se não estiverem em ordem, a CONTRATADA sofrerá aplicação da multa cominada para o atraso diário na conclusão, a contar da data da primeira vistoria, nos termos do Anexo II - Ato nº 4, de 22 de março de 2005;

5.2.3. RECEBIMENTO DE CADA ENTREGA - Inexistindo falhas e atestada a conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência, o Chefe de Núcleo Almoxarifado e/ou Chefe do Núcleo de Serviços Operacionais considerará recebido os materiais para fins de liberação da Nota Fiscal.

VI – PREPOSTO E FISCAL

6.1. A CONTRATADA designa o Sr. Thiago Martins da Silva, a quem outorga poderes legais para representá-la na execução do contrato e que servirá ainda de elemento permanente de ligação com o Fiscal da CONTRATANTE, devendo atendê-lo em horário comercial, de segunda a sexta-feira, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

6.2. A CONTRATANTE, pelo(a) Sr.(a) Chefe de Núcleo de Almoxarifado, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos produtos entregues e recebidos, fiscalização essa que, em nenhuma hipótese, eximirá nem reduzirá as responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA.

VII – DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total deste contrato, para cobrir as suas despesas pelo período de 12 (doze) meses, é de R\$ 44.499,95 (quarenta e quatro mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), ficando assim distribuída:

7.1.1. Lote 1 – Descartáveis/Higiene: R\$ 44.499,95 (quarenta e quatro mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).

VIII – DA DESPESA

8.1. A despesa com este contrato, no corrente exercício, no montante de R\$ 44.499,95 (quarenta e quatro mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), correrá à conta da Nota de Empenho n.º 242/2021, de 14/04/2021, devidamente apropriada no elemento de despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo, da vigente Lei Orçamentária Anual.

8.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada na dotação orçamentária 3.3.90.30 – Material de Consumo, prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

IX – PREÇOS E PAGAMENTO

9.1. Nos preços, acham-se computados e diluídos todos os ônus decorrentes de despesas diretas e indiretas (mão-de-obra, encargos sociais e quaisquer outras despesas necessárias, mesmo que não tenham sido apontadas expressamente pela CONTRATANTE, desde que tenham relação com o objeto contratado).

9.2. O pagamento será efetuado, pela Gerência de orçamento e Finanças da CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo fiscal designado pela CONTRATANTE.

9.3. O não pagamento da fatura, apresentada nas condições previstas, ensejará a incidência da necessária compensação financeira, a ser procedida nos termos da Lei Civil.

9.4. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFE), nos termos da legislação em vigor.

9.5. REAJUSTAMENTOS - Pelas características do objeto licitado, não haverá reajustamento do preço pactuado durante a vigência do contrato.

9.6. SUSTAÇÃO DO PAGAMENTO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

X – PRAZOS

10.1. PRAZO DE ENTREGA (Para o Lote 1) - conforme CRONOGRAMA DE ENTREGAS a seguir:

		Prazo de Entregas					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	* Após a assinatura do contrato
LOTE 1	DESCRIÇÃO	10 dias*	70 dias*	140 dias*	210 Dias*	280 dias*	TOTAL
1	PAPEL HIGIÊNICO	55	55	55	55	55	275
2	PAPEL TOALHA	30	30	30	30	30	150
3	COPO DESCARTAVEL 180ML	14	14	14	14	11	67

10.2. O PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DE ENTREGAS REJEITADAS é de 10 dias corridos, contados da notificação de inconformidade.

10.3. PRAZO DE ENTREGA: 10 dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato, EXCETO Itens que constem no CRONOGRAMA DE ENTREGAS.

10.4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

XI – GARANTIA CONTRATUAL

11.1. GARANTIA - Como garantia pelo cumprimento deste contrato, a CONTRATADA forneceu a CONTRATANTE o valor de R\$ 2.225,00 (dois mil duzentos e vinte e cinco reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, na modalidade depósito caução, conforme § 1º, artigo 56 da Lei Federal 8.666/93.

11.2. A CONTRATADA obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo de garantia oferecida, caso o mesmo venha a vencer no decorrer do cumprimento das obrigações ajustadas.

11.3. DEVOLUÇÃO DA GARANTIA - A garantia oferecida pela **CONTRATADA** ser-lhe-á restituída, mediante requerimento da mesma, após o total cumprimento das obrigações ajustadas, inclusive períodos de garantia do produto.

XII – PENALIDADES - As penalidades estão previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e os procedimentos relativos à aplicação de multas e outras sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, no Ato nº 4, de 22 de março de 2005, anexo a este contrato.

XIII – RESCISÃO - Haverá rescisão contratual na ocorrência de qualquer dos motivos elencados no artigo 78, na forma estabelecida no artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 87.

XIV - GARANTIA - A CONTRATADA deve garantir o objeto pelo período de 12 (doze) meses contados de cada entrega, conforme cronograma.

XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, obedecido ao disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. MANTENÇA DAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias e de qualificação exigidas na respectiva licitação.

15.3. FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Santo André, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste contrato.

15.4. PUBLICIDADE – A Administração efetivará a publicação resumida deste instrumento de contrato na imprensa oficial, nos termos do Art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Câmara Municipal de Santo André, 16 de abril de 2021, 468º ano da fundação da cidade.

PEDRO LUIZ MATTOS CANHASSI BOTARO
p/ Contratante

THIAGO MARTINS DA SILVA
p/ Contratada

Testemunha 1:

Nome: _____

R.G. nº: _____

Ass.: _____

Testemunha 2:

Nome: _____

R.G. nº: _____

Ass.: _____

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de higiene, limpeza, descartáveis e armarinhos para o exercício de 2021, definindo as especificações, quantidades e cronograma de entregas.

2. GARANTIA: Prazo de troca no caso de eventuais defeitos: 12 (doze) meses, a contar da data de cada recebimento.

3. FORMA DE ENTREGA: Conforme **Cronograma de Entregas** e condições abaixo:

3.1. AVALIAÇÃO DE CADA ENTREGA – no ato da entrega dos itens, conforme cronograma estabelecido neste Termo de Referência, para verificação da conformidade com as especificações.

3.1.1 Sendo constatada qualquer irregularidade, não se dará o recebimento, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às determinações do Chefe de Núcleo de Almoxarifado, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após a qual será efetuado novo exame dos produtos;

3.1.2 Na segunda oportunidade, os materiais deverão apresentar perfeitas condições de serem recebidos definitivamente, sendo que, se não estiverem em ordem, a CONTRATADA sofrerá aplicação da multa cominada para o atraso diário na conclusão, a contar da data da primeira vistoria, nos termos do Ato nº 4, de 22 de março de 2005;

3.2. RECEBIMENTO DE CADA ENTREGA - Inexistindo falhas e atestada a conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência, o Chefe de Núcleo de Almoxarifado considerará recebido os materiais para fins de liberação da Nota Fiscal.

4 - ESPECIFICAÇÕES

LOTE 1 – DESCARTÁVEIS / HIGIENE

Item	Descrição	Descrição	Total
------	-----------	-----------	-------

1	PAPEL HIGIÊNICO	Papel Higiênico para dispenser; Folha Dupla; Gofrado; De primeira qualidade ("Classe I", de acordo com a norma NBR 15.464-10:2010); Na cor branca; Fragrância neutra; Medindo 10 cm de largura x 250 m de comprimento; Gramatura mínima de 30 g/m²; Composto de 100% celulose virgem; PH neutro. Tubete medindo no máximo 7,0 cm de diâmetro; Em embalagem de caixa de papelão ou embalagem plástica com 8 rolos de 250m, totalizando 2000m, apropriada para empilhamento e impresso dados do fornecedor tais como: razão social, e descrição do material.	275 embalagens c/ 8 rolos
2	PAPEL TOALHA	Papel Toalha; Em bobina; Folha Simples; Medindo 20cm x 200metros; De primeira qualidade ("Classe I", de acordo com a norma NBR 15.464-11:2010); Gofrado; Gramatura mínima de 30 g/m²; 100% celulose; Não reciclado; Na cor branca; Em embalagem de caixa de papelão ou embalagem plástica com 6 rolos, apropriada para empilhamento e impresso dados do fornecedor tais como: razão social, e descrição do material..	150 embalagens c/ 6 rolos
3	COPO DESCARTAVE L	Copo Descartável 180 ml, em polipropileno, material atóxico, com capacidade para 180 ml, na cor branca, símbolo de identificação de material para reciclagem conforme NBR 13230/2008. Os copos devem estar embalados em mangas com 100 (cem) unidades e acondicionadas em caixas de papelão resistentes, originais do fabricante, contendo 2.500 copos em cada caixa.	67 caixas c/ 2.500 copos
4	SACO REFIL GUARDA CHUVA	Saco Refil Embalador de Guarda Chuva c/1000 unidades. Dimensão da membrana (refil): 15 x 73 cm.	3 caixas
5	DISPENSER COPOS	Dispenser Acrílico para copos descartáveis água 180 ml / 200 ml, capacidade para 100 copos descartáveis.	4 unidades
6	DISPENSER SABONETE	Dispenser Manual de Sabonete Líquido ou Álcool em Gel, em aço inox. Especificações capacidade: 500 ml dimensões aproximadas (altura x largura x comprimento): 15 x 9,5 x 11 cm matéria prima: aço inox polido com chave e suporte traseiro para fixação.	4 unidades
7	PRATO DESCARTAVE L	Prato Redondo Acrílico Cristal 15 cm, em acrílico rígido cristal/transparente, liso / sem textura, redondo, com 15 cm de diâmetro. Pacote com 10 unidades.	10 pacotes

5. AMOSTRAS E LAUDOS:

5.1. Após a fase de lances e negociação, a sessão será suspensa e o(a) Pregoeiro(a) agendará a reabertura do certame em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, convocando a empresa classificada como melhor oferta do Lote 1 para apresentação de amostras e laudos, conforme estipulado neste Termo de referência;

5.1.1. A empresa vencedora do Lote 1, para os itens 1 e 2 (papel higiênico e papel toalha), deverá apresentar laudo(s) que comprovem o atendimento das especificações dos produtos, e catálogo(s) do(s) fabricante(s) para complemento das informações do(s) laudo(s), se necessário, bem como laudo(s) microbiológico(s) do(s) fabricante(s), conforme item 5 do Anexo I – Termo de Referência.

5.1.1.1. Para o Item 1, o(s) laudo(s) deverá(ão) comprovar o enquadramento do produto como “Classe I”, de acordo com a norma NBR 15.464-10:2010 e o laudo microbiológico deverá estar em conformidade com a *Portaria M.S. nº 1.480, de 31/12/90*.

5.1.1.2. Para o Item 2, o(s) laudo(s) deverá(ão) comprovar o enquadramento do produto como “Classe I”, de acordo com a norma NBR 15.464-11:2010

5.1.2. A empresa de melhor oferta do Lote 1 deverá apresentar amostras dos itens 1 e 2 (papel higiênico e papel toalha), que caso não aprovadas implicarão na desclassificação da empresa para este Lote. As quantidades a serem apresentadas como amostras na sessão de reabertura do certame são as seguintes:

Lote 1	Item 1	Papel Higiênico	4 Rolos
	Item 2	Papel Toalha	4 Rolos

5.1.2.1. A avaliação das amostras ocorrerá na sessão de reabertura do certame, ficando desde já todas as empresas participantes do certame convocadas a acompanhar a análise.

5.1.2.2. Após verificação das amostras, a equipe técnica designada para o Pregão emitirá parecer indicando que as amostras foram: aprovadas sem ressalvas, aprovadas com ressalvas ou reprovadas.

5.1.2.3. O exame das amostras tem por objetivo confrontar os materiais propostos com as especificações exigidas neste Termo de Referência, em especial, no que diz respeito à qualidade dos materiais.

5.1.2.4. A licitante convocada que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar na data estabelecida decairá do direito de adjudicação. Em qualquer uma dessas situações a próxima colocada será convocada dentro do prazo estabelecido no item 5.1 para apresentação das amostras e assim sucessivamente até que alguma licitante apresente amostras em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência.

5.1.2.5. Entende-se por amostra uma unidade do material a ser fornecido de mesma marca definida na proposta comercial e descrição compatível com o Termo de Referência.

5.1.2.6. As amostras devem ser entregues em perfeito estado de conservação, de modo a permitir a adequada análise.

5.1.2.7. A empresa será responsável por todas as despesas de entrega dos itens para o qual tenha sido exigida amostra.

5.1.2.8. Os critérios adotados para análise e posterior aprovação das amostras são:

5.1.2.8.1. Para os itens 1 e 2 do Lote 1:

- **Análise de conformidade das características apresentadas nos laudos** com as especificações deste Termo de Referência;
- Medição dos dimensionais;
- Medição de gramatura;
- Teste nas papeleiras.

5.1.2.8.1.1. Para verificação das dimensões de largura e comprimento, uma dos rolos de cada item terá as dimensões aferidas pela equipe técnica designada para o Pregão, sendo toleradas diferenças de até 5%.

5.1.2.8.1.2. Para verificação das gramaturas, os rolos de cada item terão os pesos aferidos pela equipe técnica designada para o Pregão, visando possibilitar a análise do resultado apresentado com as informações constantes nos laudos ou especificação técnica fornecida pelo fabricante.

5.1.2.9. No decorrer do procedimento de análise, as amostras poderão ser manuseadas, receber cortes, secções ou vincos e ser submetida aos testes necessários, sendo devolvida no estado em que se encontrar ao final da avaliação, não assistindo à licitante direito a indenização nesta hipótese.

5.1.2.10. Durante o período de exame da amostra, a Câmara Municipal de Santo André poderá solicitar informações adicionais, referentes aos componentes e ao objeto.

5.1.2.11. A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, poderá ser disponibilizado novo prazo de 2 (dois) dias úteis para correção das ressalvas, mediante apresentação de nova amostra, sendo que, ocorrendo novamente a reprovação, a empresa será desclassificada e será convocada a próxima colocada, obedecendo a ordem de classificação e o prazo estipulado no item 5.1.

5.1.2.12. Se a amostra não atender integralmente às especificações, a licitante será desclassificada e a retirada das peças do item deverá ocorrer em, no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da data da sessão em que ocorreu a reprovação.

5.1.2.12.1. Caso a retirada da amostra não ocorra no prazo estabelecido, a Câmara Municipal de Santo André incluirá o bem em processo de desfazimento.

5.1.2.12.2. Caso nenhuma licitante classificada apresente amostras em conformidade com as especificações do edital, o lote será declarado fracassado.

6 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

- Prazo de entrega: 10 dias da data de assinatura do contrato, EXCETO Itens que constem no CRONOGRAMA DE ENTREGAS a seguir:

		Prazo de Entregas					
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	* Após a assinatura do contrato
LOTE 1	DESCRIÇÃO	10 dias*	70 dias*	140 dias*	210 dias*	280 dias*	TOTAL
1	PAPEL HIGIÊNICO	55	55	55	55	55	275
2	PAPEL TOALHA	30	30	30	30	30	150
3	COPO DESCARTAVEL 180ML	14	14	14	14	11	67

ANEXO II

ATO Nº 4, DE 22 DE MARÇO DE 2005

Dispõe sobre procedimentos administrativos relativos à aplicação de multas e outras sanções decorrentes da inexecução total ou parcial dos contratos assinados com a Câmara Municipal de Santo André, nos termos dos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 1º No âmbito da Câmara Municipal de Santo André, a aplicação de multas e outras sanções decorrentes de atraso no cumprimento de obrigações ou da inexecução total ou parcial dos contratos, obedecerá aos procedimentos estabelecidos por este Ato e às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em especial ao que dispõem os artigos 81, 86 e 87.

Art. 2º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo edital ou carta-convite do certame, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida de que trata o artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-o à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.

Art. 3º O atraso injustificado na execução do contrato cujo objeto seja a prestação de serviço, realização de obra ou entrega de bens adquiridos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado na proposta, no edital ou no contrato para cumprimento da obrigação, conforme o caso, nas seguintes proporções:

I - multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;

II - multa de 1% (um por cento) ao dia a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso e até o 30º (trigésimo) dia;

III – após 30 (trinta) dias de atraso para cumprimento da obrigação, o contrato será considerado rescindido de pleno direito pela Administração, aplicando à contratada inadimplente as penalidades previstas no artigo 4º deste Ato.

§ 1º Os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega de materiais ou para execução de obras ou serviços contratados, somente serão apreciados e deliberados se apresentados por escrito e com a devida justificativa, dentro dos prazos fixados para entrega ou execução, estabelecidos na proposta, no edital ou no contrato, conforme o caso.

§ 2º Na hipótese de deferimento do pedido de que trata o parágrafo anterior, o prazo de prorrogação começará a fluir a partir do dia útil subsequente ao da comunicação da decisão do (a) Presidente (a) que autorizou a referida prorrogação.

§ 3º Ocorrendo o atraso de que trata o *caput* deste artigo, tal fato será certificado pelo setor competente da Câmara, devendo o processo ser remetido para o Presidente(a) da Câmara para fins do disposto no artigo 6º deste Ato.

§ 4º O pedido para prorrogação de prazo ou a justificativa pelo atraso, somente serão aceitos pelo (a) Presidente(a) da Câmara quando forem fundamentados e provados o caso fortuito ou força maior que impediu o cumprimento da obrigação pela contratada no prazo avençado.

Art. 4º Pela inexecução total ou parcial do contrato, qualquer que seja o seu objeto, fica a contratada sujeita às seguintes penalidades, a serem aplicadas de forma discricionária pela Administração Pública, observado o princípio da razoabilidade:

- I - advertência;
- II – multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplente; ou
- III – multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando houver inexecução total da avença; ou
- IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação com a Administração por até 2 (dois) anos;
- V - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração.

Art. 5º Os bens, serviços e obras contratados, quando entregues em desacordo com a especificação inicial, não serão aceitos e deverão ser substituídos e/ou corrigidos no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a critério da Administração, contados do recebimento da notificação pela contratada, sob pena de incorrer o fornecedor em inadimplência contratual.

Parágrafo único. Quando a substituição e/ou correção referidas no *caput* deste artigo for impossível no prazo avençado por razões técnicas ou pela complexidade da matéria, tal situação deverá ser certificada pelo setor responsável pela gestão do contrato e devidamente comprovada no processo correspondente, assim como submetida à aprovação do (a) Presidente (a) da Câmara, que estipulará prazo razoável para cumprimento da obrigação.

Art. 6º Esgotados os contatos ordinários para resolver eventuais pendências contratuais, o setor competente enviará o processo, acompanhado de relatório circunstanciado sobre os fatos, ao (à) Presidente (a) da Câmara, para que este (a) decida, por despacho fundamentado, sobre a abertura dos procedimentos administrativos tendentes à aplicação das multas e outras sanções, por recusa do adjudicatário em assinar o contrato, atraso no cumprimento de obrigações, ou inexecução total ou parcial de qualquer contrato.

Art. 7º Nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e 4º deste Ato, e após as providências do artigo 6º, a contratada será previamente notificada, por ofício, com aviso de recebimento juntado aos autos, para oferecer defesa prévia, por escrito, protocolizado no Setor de Protocolo e Arquivo, nos prazos abaixo estabelecidos:

I - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de notificação da contratada, no caso dos incisos I, II, III e IV do artigo 4º;

II - no prazo de 10 (dez) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de notificação da contratada, no caso do inciso V do artigo 4º.

§ 1º Na hipótese da contratada não atualizar o seu cadastro junto à Câmara Municipal, e ser ignorado, incerto e não sabido o seu endereço, a notificação e/ou intimação será realizada por edital, publicado no órgão responsável pela publicação dos atos oficiais do Município de Santo André, por 2 (duas) vezes consecutivas, contando-se o prazo para defesa a partir do primeiro dia útil seguinte ao da última publicação, cujas cópias dos editais serão juntadas ao processo.

§ 2º Decorrido o prazo, com ou sem defesa, o processo será remetido ao (à) Presidente(a) da Câmara, com relatório circunstanciado elaborado pelo setor competente, para decisão final.

Art. 8º Caberá ao (à) Presidente (a) da Câmara Municipal aplicar as sanções de que trata este Ato, qualquer que seja a forma de contratação.

Art. 9º Das decisões do (a) Presidente (a) que resultar na aplicação das penas de multa e outras sanções, caberá recurso dirigido à Mesa Diretora da CMSA, protocolizado no Setor de Protocolo e Arquivo:

I - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de intimação da decisão, nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e incisos I, II, III e IV do artigo 4º deste ato, podendo, em idêntico prazo, o (a) Presidente (a) da Câmara reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração da Mesa Diretora, devendo, neste caso, a decisão final ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso;

II - no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de intimação da decisão, na hipótese do inciso V do artigo 4º deste Ato, podendo, em idêntico prazo, o (a) Presidente (a) da Câmara reconsiderar a sua decisão, ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração da Mesa Diretora, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

Parágrafo único. Os recursos obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos no artigo 7º deste Ato.

Art. 10. Os valores das multas de que trata este Ato poderão ser cobrados mediante dedução de eventuais pagamentos devidos pela Câmara às contratadas, ou, na ausência destes, e a critério da Administração, deduzidos do valor da garantia prestada pelas contratadas.

§ 1º O prazo para o recolhimento das multas previstas neste Ato é de 15 (quinze) dias contados da notificação da contratada, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração, por mais 15 (quinze) dias.



§ 2º A notificação de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita por edital, nos termos do § 1º do artigo 7º deste Ato.

§ 3º Não sendo possível a cobrança das multas na forma prevista neste artigo, será a cobrança efetuada por meio de medidas administrativas ou judiciais, incidindo correção sobre o valor devido no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.

§ 4º As multas serão calculadas também sobre os reajustamentos contratuais, se houver.

Art. 11. As multas e sanções aplicadas com base neste Ato são autônomas e não excluem a aplicação de outras sanções previstas em legislação esparsa.

Art. 12. Como índice de atualização será adotado, no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, o FMP (Fator Monetário Padrão), devendo as multas aplicadas serem convertidas, na data da sua aplicação.

Art. 13. Este Ato deve ser parte integrante, como anexo obrigatório, de todos os editais de licitação, bem como dos contratos, inclusive daqueles oriundos de contratação direta.

Art. 14. A abertura do processo administrativo, bem como os atos de punição e decisão final serão proferidos na forma de portaria, expedida pelo (a) Presidente (a) ou pela Mesa Diretora, conforme o caso, nos termos do artigo 240 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo André.

Art. 15. As disposições constantes deste Ato aplicam-se, no que couber, aos contratos vigentes, ressalvados os valores de multas anteriormente pactuados.

Art. 16. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 22 de março de 2005, 451º ano da fundação da cidade.

LUIZ ZACARIAS

Presidente

MARIA FERREIRA DE SOUZA - LOLÓ

1ª Secretária

DINAH ZEK CER

2ª Secretária





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

CONTRATADO: SINSAI COMERCIO DE DESCARTAVEIS LTDA

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 10/2021 - Processo CMSA 3186/2020 – Pregão 01/2021

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de higiene, limpeza, descartáveis e armarinhos diversos (Lote 1 – Descartáveis / Higiene).

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santo André (SP), 16 de abril de 2021.



GESTOR DO ÓRGÃO / ENTIDADE:

Nome: Pedro Luiz Mattos Canhassi Botaro

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 312.568.618-04 RG: 29.775.799-4

Data de Nascimento: 25/7/1983

Endereço residencial completo: Rua Paranapanema, 150 - Vila Alzira, Santo André / SP, CEP 09195-120

E-mail institucional: gabinetedapresidencia@cmsandre.sp.gov.br

E-mail pessoal: pedrinhobotaro@yahoo.com.br

Telefone(s): (11) 3429-5801

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Pedro Luiz Mattos Canhassi Botaro

Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Santo André

CPF: 312.568.618-04 RG: 29.775.799-4

Data de Nascimento: 25/7/1983

Endereço residencial completo: Rua Paranapanema, 150 - Vila Alzira, Santo André / SP, CEP 09195-120

E-mail institucional: gabinetedapresidencia@cmsandre.sp.gov.br

E-mail pessoal: pedrinhobotaro@yahoo.com.br

Telefone(s): (11) 3429-5801

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Thiago Martins da Silva

Cargo: Analista de licitações

CPF: 385.024.628-06 – RG: 45.290.822-X (SSP-SP)

Data de Nascimento: 24/05/1989

Endereço residencial completo: Rua Perrella, 110, apto 54 bloco 01, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/SP, CEP: 09520-650

E-mail institucional: licitacao@sinsai.com.br

E-mail pessoal: thiago_martins15@hotmail.com

Telefone(s): 11 4343-5959

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.